

VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo
III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo

Mercados Contestados – As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei
24, 25 e 26 de setembro de 2014
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

**A Posse de um *Smartphone* e
os Traços de uma Subjetividade Conectada**

Cristina Petersen Cypriano¹

Francisco Coelho dos Santos²

Resumo:

A ampla propagação do uso das tecnologias sem fio de conexão em rede repercute em significativas inovações nas formas de ser e viver. Tais inovações estão vinculadas às situações de interferência mútua entre os fluxos digitais circulantes na web e o prosseguimento das atividades no mundo físico. Esse texto procura aprofundar a discussão sobre como se processa essa interferência mútua na medida em que os indivíduos adquirem intimidade com seus aparelhos portáteis e se portam como consumidores e produtores dos conteúdos online, realizando permutas a partir de suas vivências pessoais. Importante atenção é dada para as implicações disso no que tange aos regimes de subjetivação desses indivíduos.

Palavras-chave: tecnologias sem fio; redes sociais; individualidade; subjetividade.

¹ Doutora em Sociologia, professora do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Email: cristinacypriano@uol.com.br.

² Doutor em Sociologia, professor associado da UFMG. Email: fransan@uol.com.br.

1. Introdução

Existe atualmente um modo de utilização das tecnologias sem fio que dá relevo a uma particular forma de relação com o mundo. Muito comum entre os jovens, trata-se de um uso que supõe intimidade com máquinas de conexão pelas quais se tem acesso ao material digital que circula na Internet. Tal modo de utilização engendra situações de interferência mútua entre os fluxos online e a vida que se passa nos espaços físicos por onde transitam os possuidores de smartphone. Isso porque a tecnologia que eles têm em mãos não somente lhes oferece conteúdos, como também os habilita a gerar material e a compartilhá-lo em rede. Assim, a posse de um dispositivo móvel tanto promove uma abertura para o consumo dos dados circulantes no ambiente digital, quanto propicia ao consumidor a participação na constituição desses dados. De maneira que, nessa condição, o indivíduo pode a um só tempo operar como consumidor e produtor.

Esse modo de operar se desenvolve em duas dimensões: uma que diz respeito à relação entre o sujeito e o objeto, outra que concerne à relação entre os indivíduos que se conectam por meio desses objetos. A exploração dessas duas dimensões é o fio condutor desse trabalho. A abordagem do fenômeno tem em vista sua significativa intervenção nos modos de apreensão do mundo, de expressão de si e de partilha do vivido de quem se serve das tecnologias móveis para manter-se conectado a suas redes sociais.

A relação que o sujeito estabelece com seu objeto tecnológico pode ser pensada a partir da formulação simmeliana sobre o ser e o ter, segundo a qual a posse de um objeto constitui uma ação. Isso significa entender que a propriedade de algo não se restringe ao ponto de partida ou de chegada de uma ação qualquer, ou seja, não é simplesmente a origem ou o objetivo da operação, mas sim a execução de um tipo específico de atividade que dura o quanto dura a posse do objeto. Esse tratamento da posse na duração diz respeito a sucessivas atitudes ou possibilidades de realização que decorrem da relação que o sujeito estabelece com aquilo que possui. É, antes de tudo, uma cumplicidade que se manifesta nas ocasiões em que o sujeito põe o objeto a agir, tanto quanto nas que a ação do sujeito é provocada pelas características intrínsecas do objeto. Nesse sentido, a intimidade com um aparelho sem fio de conexão em rede e de transmissão de dados promove em seu utilizador atitudes de recepção e de emissão que são indissociáveis da posse desse tipo de objeto.

Aqueles que utilizam uma tecnologia móvel têm possibilidade de conectar-se com suas redes sociais de onde quer que eles estejam, a qualquer momento e no curso desta ou daquela atividade. A conectividade permanente e distribuída entre indivíduos dispersos por vastas extensões condiciona uma interface ubíqua, semelhante a uma membrana permeável entre lugares específicos e incontáveis outros lugares. Nesse contexto vem sendo praticado um amplo e recorrente compartilhamento de experiências

cotidianas, sejam elas prosaicas ou inusitadas, superficiais ou intensas. Dessa maneira o material que circula pelas redes tem se tornado cada vez mais carregado de elementos provenientes da vida pessoal de quem ali os disponibiliza. De tal modo que, interconectados, os indivíduos se colocam em condições de consumir o vivido de outros, tanto quanto de alimentar esses outros com suas próprias vivências. Trata-se, em última análise de processos em que a mútua apropriação e expropriação de experiências de vida intervém nos modos de subjetivação dos envolvidos.

2. O sujeito e seu aparelho sem fio³

A posse de um aparelho sem fio com conexão em rede faz toda a diferença no que diz respeito ao modo como os fluxos online se integram à nossa vida cotidiana. Isso porque a relação de alguém com um objeto tecnológico é fortemente influenciada por características intrínsecas da máquina que ele tem em mãos, tanto quanto o é pelas suas próprias idiossincrasias. A esse respeito, é interessante pensar a partir da formulação de Simmel (2003) sobre a relação entre o *ser* e o *ter*. O autor parte do princípio de que a posse de um objeto constitui uma ação. Isso significa entender que a propriedade de algo não se restringe ao ponto de partida ou de chegada de uma ação qualquer, ou seja, não é simplesmente a origem ou o objetivo da ação, mas sim a execução de um tipo específico de ação que dura o quanto dura a posse do objeto. Esse tratamento da posse na duração é formulado por ele como "uma série sucessiva de atitudes ou possibilidades individuais" (Simmel, 2003:373) que decorrem da relação que o indivíduo estabelece com aquilo que possui. É, antes de tudo, uma interação entre ele e um objeto, no sentido de que o indivíduo põe o objeto a agir, tanto quanto o objeto lhe provoca ações inesperadas.

Em uma relação de posse não se sabe exatamente quem provoca a ação, nem há como saber, uma vez que ela percorre uma sinuosa "cadeia que vai desde o ser ao ter e, desde o ter, de regresso, ao ser" (Simmel, 2003: 377) num deslocamento contínuo. De maneira que as repercussões dessa interação para o indivíduo variam conforme variam as peculiaridades do que ele tem. Simmel ressalta isso ao chamar nossa atenção para o fato de que "à propriedade desta coisa corresponde esta ou outras ações" (Simmel, 2003: 375), que são diferentes das que estariam associadas à posse de alguma outra coisa com características distintas. Isso fica evidente na imensa distância entre o tipo de relação que se tem com um computador de mesa e o que se estabelece com um smartphone, por exemplo. Considerando que ambos são extremamente eficientes como pontos de acesso às redes sociotécnicas, há que se observar que cada um deles reflete uma concepção tecnológica inteiramente diversa da que se encontra no outro. A importância disso reside no fato de que cada modelo interativo proporciona modos muito próprios de relação com a máquina.

³ Grande parte da discussão aqui realizada foi retirada da tese *Nas travessias da interface: as novas formas da vida social em rede*, defendida por Cristina Petersen Cypriano no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, em 2013.

Não é preciso ir muito longe para observar a diferença de possibilidades interativas entre, de um lado, uma interface que é acessível via teclado e mouse – como costumam ser as que se apresentam nos monitores dos computadores de mesa – e, de outro, aquelas que são manipuladas diretamente pelo toque dos dedos – caso das recém propagadas *touchscreen*. Existe aí, para começo de conversa, uma enorme diferença quanto ao nível de *intimidade* com o aparelho de conexão. Aqueles que exigem a presença de periféricos seguem a linhagem das interfaces que operam a partir de comandos lógicos – palavras, cursores, senhas de segurança; já os que possuem uma tela sensível ao toque, ainda que mantenham as possibilidades lógicas da digitação, são mais intuitivos e convidam o indivíduo a percorrer com a ponta dos dedos os coloridos ícones dos aplicativos, os links de navegação, os textos e as imagens que vão sendo encontrados pelos caminhos que se abrem na tela. E essa maior ou menor intimidade com a máquina repercute em maneiras distintas de expressão de si e de compartilhamento do vivido. Nas *formas tecnológicas de vida* (Lash, 2001) a variação na lógica operatória dos objetos implica em significativas mudanças nos modos de relação com eles ou, nos termos de Latour (2012), de “associação” com eles na condução da ação.

Esse gênero de diferença no que concerne à lógica operatória do aparelho de conexão em rede é tão decisivo quanto o são as divergências morfológicas entre eles. Trata-se de enormes discrepâncias no que diz respeito ao formato, ao tamanho e ao peso dos objetos que o indivíduo utiliza. Para efeito ilustrativo, vale notar que não há termos de comparação entre uma tela de, por exemplo, 24 polegadas do monitor de um computador e a tela de 4,5 polegadas de um smartphone. Também os teclados de mesa são exponencialmente mais volumosos do que aqueles que foram difundidos em alguns modelos de celular ou os que aparecem simulados nas telas *touchscreen*. Enquanto os grandes computadores primam pela qualidade da imagem e conforto na digitação – além da maior capacidade de armazenamento de dados –, os pequenos telefones destacam-se por não exceder o abrigo das mãos e, ainda assim, realizar sem maiores dificuldades muitas das operações de consumo, produção e distribuição de conteúdos digitais.

Some-se a isso a imensa disparidade quanto ao peso das máquinas fixas quando comparado ao das portáteis, que tendencialmente se tornam mais leves a cada dia. Aparelhos leves e pequenos se encontram, com muita frequência, junto ao corpo. As características operatórias e as morfológicas das TICs sem fio vêm se juntar à presença, cada vez mais comum, da transmissão de dados via 4G para aumentar as possibilidades de o indivíduo ter sempre com ele um desses objetos. Ficam, mais uma vez, dadas as condições para um aumento no grau de intimidade que pode ser mantido com um aparelho móvel. Comparativamente às tecnologias com fio, nota-se que as TICs móveis interferem de maneira muito particular nas ações que estão a elas associadas.

3. Uma relação muito íntima com a máquina

Essas TICs portáteis, pessoais, estão sempre por perto, quando não acopladas ao corpo, e são cada vez mais tratadas "como instrumentos essenciais da vida contemporânea", como observou Castells (2009: 98). De tal maneira que, não raro, "quando falham, os seus utilizadores tendem a sentir-se perdidos devido à relação de dependência que desenvolveram com a tecnologia" (Castells et alii, 2009: 98). Relação de dependência que já havia sido apontada por Lash (2001) ao levar em conta uma sensação cada vez mais comum de que "simplesmente não consigo funcionar sem meu celular WAP" (Lash, 2001:107).⁴ Isso porque nossas ações estão cada vez mais incorporadas a sistemas tecnológicos inteligentes, rápidos e interativos. Incorporação operada pelo aprofundamento da intimidade com as máquinas que possuímos.

A singular relação entre um indivíduo e seu aparelho sem fio de conexão em rede não se restringe, contudo, à dependência que ele porventura venha a ter da tecnologia. É, antes, uma forma fecunda de cumplicidade com a máquina que faz surgir novos modos de condução da vida. Para se ter uma ideia mais clara do que pode significar uma relação desse gênero é interessante acompanhar algumas das elaborações de Latour (2001) em seu "labirinto Dédalo", sobre a participação dos artefatos técnicos em nossas ações. É pertinente começar pela acepção de labirinto que orienta seu raciocínio.

Um labirinto, nos diz Latour, citando Frontisi-Ducroix, "é uma coisa curva, avessa à linha reta, engenhosa mas falsa, bonita mas forçada" (Latour, 2001: 202). As curvas do labirinto são escrutinadas por Dédalo com a argúcia de um inventor de contrafações, como as "estátuas que parecem vivas" ou a "antiga versão de engenharia genética que permite ao touro de Poseidon emprenhar Pasifaé, que parirá o Minotauro" (Latour, 2001: 202). São essas mesmas curvas, capazes de trespassar ontologias distintas, que nos conduzem de forma errática, pelo "tortuoso dos maquinismos e das maquinações" que "medeiam" nossas ações, ou seja, que nos levam a fazer coisas que não faríamos sem a sua mediação (Latour, 2001: 203).

É na forma de uma curva sinuosa, como a que foi levemente esboçada por Simmel ao descrever o encadeamento que liga o ser ao ter, que Latour procura demonstrar "a impossibilidade de discorrer sobre qualquer espécie de domínio em nossas relações com não-humanos, *inclusive* seu suposto domínio sobre nós" (Latour, 2001: 203). Com isso ele procura descartar duas abordagens extremas, contraditórias, sobre nossa relação com as tecnologias: uma cujo lema é "somos o que temos", e outra, segundo a qual, "o que importa é o que somos, não o que temos" (Latour, 2001: 204). Se a primeira dessas duas perspectivas mutuamente exclusivas fornece a solução típica do determinismo tecnológico, a segunda sugere um completo domínio do indivíduo sobre máquinas passivas e diligentes.

Latour propõe uma superação para esse tipo de dicotomia que situa ou o sujeito ou a máquina numa relação de ascendência diante do outro. Para tanto, ele recorre às contrafeitas curvas do labirinto

⁴ WAP é sigla de *Wireless Application Protocol* – em português, Protocolo para Aplicações sem Fio –, um padrão para comunicação de dados digitais e acesso sem fio à Internet.

como alternativa à linha reta do intransigente vetor da determinação. Se considerarmos a proposta de Latour a partir da perspectiva aberta por Gilles Deleuze (1988) em suas reflexões sobre *a dobra*, podemos dizer que as curvas do labirinto o ajudam a realizar uma “inflexão”. Isso porque a inflexão se dá a partir de um ponto que é o do “conceito não conceitual da não contradição”, como observa Deleuze citando Klee. A inflexão “não é nem alta nem baixa, nem à direita nem à esquerda, nem regressão nem progressão”, continua ele, dialogando com Bernard Cache (Deleuze, 1988: 20); “ela corresponde ao que Leibniz chama um ‘signo ambíguo’” (Deleuze, 1988: 21), conclui. O ponto de inflexão é o que proporciona o desvio na linha reta, ele a remete para outra direção delineando um arco, uma dobra em uma linha que pode ser, a partir de cada ponto de seu traçado, indefinidamente redobrada.

O primeiro ponto de inflexão que Latour identifica na relação entre o sujeito e o aparelho tecnológico diz respeito à “criação de um vínculo que não existia antes e que, até certo ponto, modifica os dois originais” (Latour, 2001: 206). Se pensarmos essa relação com os apetrechos tecnológicos em termos de uma relação entre um sujeito e um objeto, fica possível compreender que esse vínculo apontado por Latour faz com que “a transformação do objeto reenvi[e] a uma transformação correlativa do sujeito” (Deleuze, 1988: 27), aos moldes da inflexão observada por Deleuze. Para Latour, esse vínculo que modifica a ambos é uma forma simétrica de associação pela qual existe também uma correspondência quanto àquilo “que se conserva ao longo de transformações” (Latour, 2001: 210). Isso significa levar em conta que, ao se associar a um artefato tecnológico o indivíduo não perde em *humanidade* – como poderiam fazer supor os mitos em torno do “ciborgue”, do “pós-orgânico” ou do “pós-humano” (Haraway, 1991, Sibilia, 2002, Ferreira dos Santos, 2003, respectivamente). Por sua vez, também o artefato não perde em sua condição *maquínica*. De modo que as mudanças que um proporciona ao outro não supõem dilapidação, ao contrário, são incitadas pelo movimento de tornar-se “‘alguém, alguma coisa’ mais” (Latour, 2001: 210). A criação desse vínculo entre o homem e a máquina é prodigiosa em gerar novidades.

A ideia de uma vinculação criativa, da maneira como Latour a desenvolve no *labirinto de Dédalo*, fica mais clara quando se considera que o indivíduo e seu aparelho tecnológico entrelaçam-se em um “processo de permutar competências, oferecendo um ao outro novas possibilidades, novos objetivos, novas funções” (Latour, 2001: 210), sem que para isso tenham, necessariamente, que abrir mão de outras já estabelecidas. É desse modo que um indivíduo se põe, por exemplo, a utilizar os polegares para digitar um texto em uma pequena tela de um smartphone, sem ter que abrir mão de sua habilidade em utilizar os outros dedos das mãos para a digitação, quando sentado diante de um teclado mais volumoso. Por sua vez, ainda a título de exemplo, um telefone celular pode efetivar a captura fotográfica, o armazenamento e o envio em dados de imagem, de um evento cuja repercussão alcança dimensões inteiramente imprevistas. Isso não impede, contudo, que o mesmo celular tenha preservadas suas competências para a

telefonia e para o registro do prosaico da vida. Nesse algo mais que acontece, muitas vezes de forma corriqueira, é que se dá a transformação de ambos – do indivíduo e do artefato tecnológico. Trata-se de um processo de permuta entre os dois que opera por sobreposição e do qual a ação é importante propriedade.

Seguindo nessa linha de raciocínio, nossa íntima relação com a máquina pode ser assim descrita: a ação que a máquina nos provoca a fazer é, por inflexão, reenviada a ela de modo a gerar performances, não raro, distintas daquelas para as quais ela havia sido concebida e, retroativamente, ela retorna a nós a novidade, nos incitando, mais uma vez, à inovação. São intercâmbios pelos quais, somos autorizados e autorizamos, somos habilitados e habilitamos, somos capacitados e capacitamos a agir de forma imprevista. Por tais permutas, ocorrem inesperados *desvios*, pelos quais vão decaindo os objetivos primeiros e surgindo novos encadeamentos.

Pela cumplicidade entre os indivíduos e seus aparelhos sem fio vêm sendo forjadas máquinas particularmente *sensíveis*, como observou Rheingold (2005). Sensíveis “não no sentido de que elas seriam dotadas de razão, mas porque elas podem sentir, receber, armazenar e transmitir informações” (Rheingold, 2005:123). Tem ficado cada dia mais corriqueiro termos em mãos pequenas máquinas efficientíssimas em convergir funcionalidades diversas, tais como os recursos de comunicação instantânea por voz e vídeo, as aplicações de produtividade, a conexão à Internet, o armazenamento de dados *em nuvem*, a captura de imagens em alta definição, além do compartilhamento de informações georreferenciadas. O georreferenciamento é, nesse caso, uma funcionalidade que leva ao extremo a condição sensível desses aparelhos considerando que, como observou Rheingold, esse tipo de informação demonstra, em última análise, que “as novas tecnologias podem sentir onde elas se encontram” (Rheingold, 2005:123). Elas podem se posicionar via satélite, com pequena margem de erro, sobre a superfície geográfica e nos dizer, com fina precisão, onde estamos em um determinado momento e qual caminho seguir para chegar a outro lugar. Isso porque esses aparelhos que trazemos junto aos nossos corpos se associam a uma infinidade de outras tecnologias, muitas delas invisíveis, impalpáveis – como as ondas de rádio e o infravermelho –, para responder às nossas questões e nos trazer sugestões.

Por outro lado, estamos ficando cada vez mais abertos a essa interação sensível com as máquinas. Parece ilimitado o encantamento que nutrimos pelas telas coloridas e reluzentes, cujos ícones movimentam-se com toques suaves; e onde a riqueza de imagens é conjugada a efeitos sonoros surpreendentes, como os sons de um teclado de computador ou mesmo os de um piano que se deixa tocar sob a superfície lisa. Temos também dedicado bastante tempo explorando as opções de personalização desses *apetrechos* tecnológicos e comunicando a eles nossos gostos e preferências. Isso sem falar na crescente disponibilidade para o download e a atualização de aplicativos que nos oferecem entretenimento. O chamado “entretenimento móvel” é, a propósito, uma prática muito recente que, como

relata Castells (2009), envolve “*produtos como jogos descarregáveis em telemóveis, imagens e toques, assim como leitores MP3 e receptores de rádio incorporados nos aparelhos*” (Castells et alii citando relatório do *Mobile Entertainment Forum*, 2009:141, grifado no original).

Tamanha tem sido a nossa proximidade com essas novas TICs que a participação delas em nossas ações e disposições já parece irrevogável. Ocorre que a capacidade que essas máquinas têm de se associar a outras tecnologias e de conectar-se às redes da Internet faz de nossa relação com elas algo ainda mais potente. Elas nos oferecem uma interface entre o ambiente físico e o digital que pode estar permanentemente por perto, de tal modo que a crescente intimidade que estamos adquirindo com os artefatos tecnológicos é extensiva à que podemos ter com tudo que a interface nos apresenta. Sempre ao nosso alcance, a interface nos convida, a todo o momento, a explorar e consumir os múltiplos fluxos que circulam pelas redes sociotécnicas. Isso inclui, além de um constante acesso a informações de toda ordem, a capacidade de produzir e distribuir conteúdos que atingem os outros indivíduos, ampliando o espectro das permutas que integram nossas ações. Como uma porta sempre aberta para o ilimitado espaço da Web, a interface móvel nos oferece as brechas pelas quais realizamos uma especial integração entre a vida online e a offline.

4. O precioso material das permutas

Os fluxos digitais que circulam na Internet, principalmente em sites de redes sociais, como o Facebook, são alimentados, em grande parte, pelos próprios usuários que dividem com seus pares elementos procedentes tanto de suas trajetórias online, quanto de seus percursos offline. São, com isso, fluxos constituídos pelo heterogêneo substrato de suas múltiplas travessias da interface. É praticamente imediata a inserção na página do usuário de novos conteúdos que, ora são coletados entre os sites da própria Web, ora são enxertados na rede a partir dos terminais de computador ou das tecnologias sem fio – como ocorre com os propagados autorretratos, atualmente chamados *selfies*, que surgem do “intenso movimento de voltar a câmera para si” (Cruz & Araujo, 2008, p. 112). De modo que os links, textos e imagens que guarnecem as interações em rede encontram consistência no intercâmbio daquilo que os usuários experimentam tanto no ambiente físico, quanto no digital.

Ainda que sejam conteúdos de teor mais objetivo e referentes a temas de interesse coletivo, ao serem compartilhados nas redes sociais acabam por adquirir coloração inteiramente pessoal. Pode ser uma notícia que foi lida em um portal jornalístico, um vídeo assistido no YouTube, um post retirado de um blog opinativo, o que importa é que a cada vez que o indivíduo leva aos círculos sociais que frequenta conteúdos que encontra no percurso de suas navegações, e pelos quais tem algum tipo de apreço ou rejeição, ele expõe algumas de suas feições. Isso se dá pela expressão de interesses, gostos, preferências que ficam patentes nas escolhas feitas através do disperso material online. O indivíduo atua como um

filtro singular no excesso de conteúdos disponíveis na Web e também como fiador das próprias escolhas que são entregues à apreciação das redes de relações sociais.

De caráter ainda mais manifesto da singularidade dos compartilhamentos é a matéria proveniente da vida offline, seja por meio de fotos, de vídeos ou de textos contendo narrativas, depoimentos, opiniões, dúvidas e, vez ou outra, os mais profundos sentimentos. Estes últimos, a propósito, têm adquirido papel fundamental nas partilhas. Tanto é que, recentemente, o serviço começou a propor uma nova questão pela qual convida os usuários a compartilhar sua vida pessoal. Onde anteriormente sempre se lia apenas “no que você está pensando?”, encontra-se hoje uma nova pergunta: “como está se sentindo, (...)?”. A indagação é complementada, logo após a vírgula, com o primeiro nome que consta no perfil de cada usuário, ou seja, com uma demarcação da individualidade que expressa o sentimento e, ainda mais, da relação de intimidade pela qual se pode exprimir naquele contexto onde todos se conhecem. Não é novidade, inclusive, que nesses sites de redes sociais as trocas de elementos pessoais, afetivos, ignorem fronteiras que oferecem algum tipo de resguardo à vida íntima ou privada. Essas novas práticas interativas em redes sociotécnicas vêm, há algum tempo, redimensionando a concepção e a experiência da privacidade.

As contínuas e criativas permutas de conteúdos carregados de afetividade e intimidade aparecem em sites de relacionamento como sendo o insumo que dá vigor ao puro prazer da socialização, que é típico da injunção à sociabilidade (Simmel, 1983). Grande parte dos usuários demonstra dedicação à criação e manutenção de vínculos com outros indivíduos que frequentam o site, e o faz pela ativa participação nas trocas. Mas a mais profunda expressão do empenho desses indivíduos no cultivo de laços sociais se dá pela incansável inserção de novos conteúdos. De tal modo que, quanto mais ricas são as trocas entre os usuários, mais elaboradas são as páginas pessoais daqueles que nutrem essas trocas com o precioso material de suas cotidianas experiências de transpor a interface, e mais consistentes tornam-se os vínculos. Os serviços fomentam esses processos enviando notificações, dando opções de prioridade, de conversa privativa pela troca de mensagens, de formação de grupos, e daí por diante. Não é segredo que, nesses sites, as ligações entre os usuários são os valiosos produtos das permutas.

Quanto mais são expressos os sentimentos e percepções dos sujeitos que interagem uns com os outros, mais vigoroso é o investimento nos laços que os ligam entre si. Mesmo que isso se dê à custa de um mínimo de exposição de suas vidas pessoais. Eles estão envolvidos, afinal, em uma partilha que não provoca nenhum tipo de esgotamento, considerando que “quando oferecemos ao nosso entorno social a imagem de nossa personalidade, ao acolher em nós mesmos aquela dos outros, essa troca de maneira alguma reduz a posse de si” (Simmel, 1987: 54). Pode-se dizer que, no limite, as trocas em torno de conteúdos pessoais favorecem o incremento de um especial modo de consumo que, ao invés de ser desgastante, é produtivo para os envolvidos no processo.

Esse tipo de *consumo produtivo* que emerge das permutas em torno da vida pessoal dos frequentadores das redes sociais é validado pelos próprios integrantes dessas redes. A expressividade por meio de textos, assim como a exposição de imagens com as faces e os corpos dos indivíduos, começam a contar com um acervo consistente de práticas significativas, de princípios de conduta, de valores. Acervo que se constitui na medida em que as experiências compartilhadas passam por um processo de “sedimentação intersubjetiva”, ou seja, se inserem em um processo de *objetivação* que “abstrai a experiência de suas ocorrências individuais biográficas” e as torna “uma possibilidade objetiva para todos” (Berger & Luckmann, 1985: 97) que acessem os conteúdos compartilhados. Obviamente que essa convergência de biografias exteriorizadas não corresponde a uma simples somatória dos distintos desempenhos. O que ocorre é uma integração dotada de sentido para aqueles que, dia após dia, participam da composição de uma espécie de *obra aberta* onde cada um vai tecendo, com a participação ativa dos outros, uma renovada versão de sua vida retrospectiva e prospectiva. E, de modo indissociável à emergência dessa nova forma cultural, uma possível nova forma de experiência da individualidade e da subjetividade se vê emergir.

5. Os indivíduos conectados e seus modos de existência⁵

O sucesso dessas plataformas da Web mostra, com efeito, que presenciamos nos dias que correm uma espécie de refundição do individualismo e da subjetividade, através da experiência dos indivíduos conectados em redes, dos indivíduos como nós de redes sociais online.

Ao longo da modernidade, o indivíduo tem sido pensado como um rebento dela própria, talvez como a mais notável, a mais destacada de suas criaturas. Com seu estatuto de autonomia e de responsabilidade, ele é possuidor de reflexão e de vontade, da consciência de que, como todos os outros, é sujeito de direitos e deveres. Sabe-se caracterizado por ter uma esfera pública de ação, distinta de sua esfera privada e ainda mais da íntima, essas últimas sendo objeto de grande resguardo. Além de se considerar como uma unidade não intercambiável, dotada de uma identidade que é seu predicado, exalta, por isso mesmo, a singularidade que emana de uma subjetividade profunda.

A subjetividade diz respeito a um mundo interior dos indivíduos que é ricamente povoado de representações de figuras humanas, umas acompanhadas de intensidades afetivas positivas, outras marcadas por cargas negativas. Em meio a essa multidão de personagens, estão as representações de si mesmo: seu “eu profundo”, mas também “os outros eus”, muitos bem superficiais e alguns que até parecem ter uma concretude corporal. Além disso, esse mundo é animado desde as suas regiões abissais por amores e ódios, desejos e interdições, necessidades e infortúnios, sonhos e realizações, medos e

⁵ Algumas das questões tratadas nesse item já foram abordadas com ênfases e intenções diferentes em outros lugares. Cf., por exemplo, SANTOS, Francisco C. & CYPRIANO, Cristina P. (2010). *Secreções digitais de subjetividade*. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/129568988/Secrecoes-Digitais>. Acesso em 05/03/2014.

certezas, lembranças sempre prazerosas e dores sempre vivas mesmo bastante tempo tendo passado, enfim, por uma profusão de sensações, sentimentos, experiências, memórias e traços do mais diversificado caráter, em cujo acervo se encontra a matéria prima daquilo que é comumente chamado de identidade.

Uma fronteira de porosidade variável separa esse mundo de um outro, não menos rico do que o primeiro: o mundo exterior. Trata-se de uma extraordinária quantidade de objetos presentes à percepção do indivíduo ou que são concebidos como objetos de percepção possível para ele; mundo sensível, mas também mundo inteligível, na medida em que podem ser conhecidos por um indivíduo que é igualmente sujeito. Justamente nesse mundo é que habita a alteridade, isto é, o universo dos humanos, mas também o dos não humanos. É aí que o sujeito vai procurar colher os elementos representativos cujas sínteses constituirão os objetos de seu conhecimento e de sua experiência privada. Naturalmente, ele próprio não está excluído dessa laboriosa empreitada e pode ocupar o foco da observação. Assim, toda a exuberância de seu mundo interior tem a possibilidade de ser objeto de minuciosa exploração, de uma dispendiosa introspecção que visa uma eventual compreensão. Apenas eventual, porque aquilo de que é feito o mundo interior é de consistência fluida, não raro furtiva. Frequentemente obscuro, ele é de natureza a escapar à vista do sujeito que está a sua espreita, no mais das vezes não se deixando entrever senão sob ardilosos disfarces. Daí toda a preocupação despertada por um contágio sempre possível das percepções e das avaliações de tais objetos pela subjetividade dos indivíduos.

O indivíduo é, por conseguinte, sujeito de uma fecunda vida interior que se dá em um espaço próprio, o espaço da interioridade, heterogêneo em relação ao mundo exterior, ali onde ele exerce suas atividades.⁶ Essa convicção vai de par com aquela que atribui aos outros características e propriedades análogas às suas. Essa vida psicológica interior é, todavia, privada, intransferível, muito frequentemente não podendo sequer ser comunicada a outrem ou partilhada com alguém mais. Tudo isso contribui para a consciência da posse de um *eu*, assim como de um *si mesmo*, como entidades singulares e distintas, sem par ou similaridade com quem quer que seja. Daí a crença firme de possuir uma identidade fixa, estável, unificada e única. Ser um indivíduo, contudo, é uma experiência compartilhada: ele se percebe como tal na mesma medida em que percebe os outros. Decerto cada homem é uma espécie de resumo da humanidade, mas não é menos certo que cada indivíduo é uma síntese única dos elementos que são comuns a todos. É justamente este indivíduo em íntimo contato consigo mesmo que é capaz de revelar

⁶ Charles Taylor, para quem “nossas ideias modernas de interior e exterior são de fato estranhas e sem precedentes em outras culturas e épocas” vê nas formulações cartesianas sobre a distinção “dentro-fora” um dos pontos altos do pensamento que trata dessa distinção tão fundamental. TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1997, p. 153.

uma realidade a um só tempo universal e individual. Ele constitui um universo espiritual que embora seja compartilhado por todos, tem a sua marca. E ele o tem permanentemente consigo, dentro de si.⁷

Apesar de excessivamente abreviada, a análise que acaba de ser feita permitiu ressaltar uma série de pares de noções, tais como sujeito-objeto, eu-outro (ou mesmo-outro), identidade-alteridade, dentro-fora, interior-exterior, profundo-superficial, intelegível-sensível. Esses pares fazem parte de um conjunto muito mais amplo e constitui o arsenal de noções com as quais a modernidade enfrenta os fenômenos na tentativa de compreendê-la. Uma parte desse abundante grupo de dicotomias tem a idade do pensamento filosófico, a modernidade tendo-a recebido por herança, contudo a maior parcela é efetivamente produzida ao longo de seu desenvolvimento. Os mais recentes tanto quanto os mais antigos, estes com mais forte razão, passaram por um processo de sedimentação tal que eles terminaram por formar dois subconjuntos simétricos, engendrando uma espécie de axiomática que se põe como indispensável a toda aproximação da realidade, a todo entendimento dela. Um deles é composto por termos como: eu, sujeito, subjetividade, dentro, interior, identidade e assim por diante. Do outro fazem parte: outro, objeto, objetividade, fora, exterior, alteridade e assim se segue. Por criarem oposições binárias os dualismos colocam os termos em posição de exterioridade um em relação ao outro.⁸ O mesmo se dá com os subconjuntos dos quais os termos são elementos. Opera entre eles, por conseguinte, uma lógica disjuntiva cujo modelo de funcionamento é *ou ... ou*, por outras palavras, ou isto ou aquilo, se é isto não é aquilo e reciprocamente. Essa lógica distingue, discrimina, identifica: a lógica disjuntiva é também a lógica da identidade.

Os procedimentos fundamentais de um desses subconjuntos são a ação e a expressão que tem o outro por objeto, os do outro, a complementação do primeiro e a influência sobre ele. Daí porque no interior dos pares, um dos termos tem privilégios em relação ao outro, estabelecendo uma forte hierarquia dentro do par. Por exemplo, no par sujeito-objeto, o sujeito é que tem a capacidade de reunir os elementos representativos que constituem o objeto. Portanto, este não é senão o espelho daquele, aquilo que permite ao sujeito ver-se como sujeito e reconhecer-se como tal. Ou ainda: na dualidade profundo-superficial, o profundo é que encerra o essencial, enquanto o superficial não é senão aparência e, as aparências, como é sabido, são enganosas.⁹ Em resumo, nas oposições, os termos estão submetidos a alguma forma de hierarquia, alguma forma de desigualdade e de subordinação, seja ela ontológica, lógica ou axiológica.¹⁰

⁷ SIMMEL, Georg. *Sociologie et Épistémologie*. Paris, PUF, 1981, pp. 137-160. Sobre o mesmo assunto, pode-se consultar também SIMMEL, Georg. “O indivíduo e a liberdade”, in: SOUZA, Jessé & OËTZE, Berthold (orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília, Editora UnB, 1998, pp. 109-117.

⁸ “Para que esses valores contrários (...) possam se opor, assinala Derrida, é preciso que cada um dos termos seja simplesmente exterior ao outro, isto é, que uma das oposições (dentro/fora) já esteja credenciada como matriz de toda oposição possível. É preciso que um dos elementos do sistema (ou da série) valha também como possibilidade geral da sistematicidade ou da serialidade.” Veja-se DERRIDA, Jacques, *La dissémination*. Paris, Ed, du Seuil, 1972, pp. 117-118.

⁹ Como observa Elias, existe “uma padronização muito difundida da auto-imagem que induz o indivíduo a se sentir e pensar assim: “estou aqui, inteiramente só; todos os outros estão lá, fora de mim; e cada um deles segue seu caminho, tal como eu,

Parte importante da experiência da individualidade consiste na identificação do privado — tanto quanto de seu superlativo, o íntimo — e do público. Contudo, não é suficiente apenas indentificá-los, é imprescindível ainda providenciar sua separação e a manutenção de seu afastamento. Ao longo da modernidade, foi necessário não só fazer o aprendizado de uma discriminação cuidadosa dos dois domínios, como o exercício de um isolamento rigoroso o bastante deles de maneira a impedir que houvesse algum tipo de contaminação de um pelo outro pudesse ocorrer. Ou é íntimo ou é público, por conseguinte, se é íntimo não é público, se é público não é íntimo. Ocorre que, do ponto de vista da experiência moderna, é no domínio do privado ou do íntimo que reside o que é realmente precioso para o indivíduo e que é a razão do privilégio que ele possui sobre o público. Não que a esfera pública seja negligenciável, todavia, da perspectiva da individualidade e sobretudo da subjetividade, a esfera do privado importa muito mais. Logo, compreende-se facilmente porque a dosagem da exibição da intimidade sempre mereceu grande atenção, do mesmo modo que a gravidade do juízo que pesa sobre toda violação da privacidade. Decorre daí também o justificado cuidado com as atividades que pudessem resultar na objetivação da subjetividade, como é o caso do resguardo com a correspondência particular ou com os escritos sobre a vida privada, com a correspondência confidencial ou com a fixação da intimidade em imagens.

6. Conclusões

Certas práticas recentes, entretanto, sugerem que a observância atenta desses preceitos já não é mais objeto de unanimidade e dão a pensar que aquilo que no decorrer da modernidade tinha o perfil de prática marginal vai gradualmente se tornando comportamento corriqueiro para um número significativo de indivíduos. Assim, lado a lado com o amplo espaço concedido pela mídia de grande difusão ao *espetáculo da vida real* — protagonizado pelo comum dos mortais, encenando o trivial de sua existência —, na Internet, seja nos blogs e no Twitter, seja no Instagram e no Facebook, seja, ainda, no WhatsApp e no Flickr, são alguns dos ambientes que dão testemunho de um crescimento consistente da objetivação da subjetividade, através da escrita e da exposição de si.¹¹

Um determinado número de fatores contribui para a constituição desses ambientes onde se dá a produção e o consumo de subjetividades objetivadas. Sucede que, nos dez últimos anos vem se

com um eu interior que é seu eu verdadeiro, seu puro ‘eu’, e uma roupagem externa, suas relações com as outras pessoas”. Ver ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p.32.

¹⁰ A esse propósito, veja SANTOS, Francisco C. & CYPRIANO, Cristina P. “Blogs e wikis: duas formas de colaboração em redes sociais”, *Ciência em movimento*. Ano XIII, nº 26, 2011, pp 7-19.

¹¹ Para uma interessante abordagem desses fenômenos veja-se BRUNO, Fernanda & PEDRO, Rosa. “Entre aparecer e ser: tecnologia, espetáculo e subjetividade contemporânea”, *Intertexto*, vol. 2, nº 11, jul./dez. 2004, pp. 1-16, bem como BRUNO, Fernanda. “Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e comunicação”, *Revista FAMECOS*, nº 24, jul. 2004, pp. 110-124. Cf. também SIBILIA, Paula. *O show do eu. A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

desenvolvendo um conjunto de funcionalidades e serviços que acabou por compor a plataforma conhecida por Web 2.0. Decorreu daí o agrupamento dos usuários em redes de relações, as redes sociais, caracterizadas por convidarem seus participantes a uma expressividade de extensão bastante variável e que só tem se intensificado desde então. Em virtude da descentralização e da interatividade típica dessas redes, em seu interior se estabelece uma comunicação horizontal, aquela que se tornou conhecida pela emblemática expressão “muitos para muitos”. O que elas trazem de novo para a experiência coletiva e para a cultura contemporâneas é que, por um lado, seu universo é, na verdade, um universo em expansão e, por outro, sua nebulosa é a mídia do pessoal e do subjetivo.

Eis que, emissores e receptores a um só tempo, leitores tanto quanto autores, produtores assim como consumidores, os participantes dessas redes passaram a colocar à disposição de seus parceiros um volumoso acervo de material na forma de textos, músicas e imagens fixas ou em movimento, embebidos de forte conteúdo subjetivo. Desse modo, as redes sociais dessa web relacional e expressiva estão imersas em vasta quantidade de subjetividade objetivada. Some-se a isso a presença crescente de terminais móveis conectados e o quadro começa a se completar e ganhar nitidez. Porque a possibilidade de conexão permanente de usuários espalhados pelos quatro cantos do espaço social em condições de desembaraçada mobilidade, traz o dia a dia de cada um deles e suas rotinas para o compartilhamento com os membros de suas redes. A conexão por dispositivos móveis liquefaz o espaço e aumenta a consistência do tempo, habilitando seus usuários à participação à distância por longos períodos. O quadro em apreço é, então, aquele de uma produção e de um consumo de grande amplitude da objetivação das subjetividades dos participantes, proveniente de um processo constante de partilha de sua vida cotidiana.

Para os conectados às redes sociais por terminais móveis, boa parte de seu tempo é vivido em trocas com membros de suas redes, criando uma situação nova em que durante uma parcela maior ou menor de suas jornadas eles estão atravessando a interface de seus dispositivos, ora estando de um lado, ora de outro da interface. Pode-se ficar num vaivém incessante entre os universos online e offline, assim como se pode passar longos períodos de um dos lados da interface. Em qualquer dos casos as passagens levam consigo conteúdos do universo de partida para o de chegada, partidas e chegadas sendo sempre provisórias. Trata-se de um modo de operar com precários precedentes, localizados nas recentes redes com fio produzidas com os computadores de mesa. Datadas de cerca de uma década, essas redes eram ainda pobres em recursos para verter vida offline no universo online e mais pobres ainda para realizar a tarefa em sentido contrário. Começava-se, entretanto a experimentar esse modo de existência inédito que não deixa seus participantes incólumes face a essas movimentações.

A esse modo de existência corresponde um processo de subjetivação que se afasta de maneira expressiva do que constitui a subjetividade moderna, anteriormente tratada. Pode-se mesmo considerar que as práticas desses indivíduos conectados manifestam a impotência da axiomática da subjetividade

moderna para compreendê-las. Uma subjetividade interiorizada e estável, unificada e limitada pela pele de um corpo, demonstra ser incapaz de dar uma explicação satisfatória para as relações desses indivíduos consigo próprios e com os outros com os quais convivem num cotidiano que se passa tanto online quanto offline.

O regime de subjetivação¹² desses indivíduos mostra ter enfraquecido as barreiras que mantinham isolados o público e o privado, tanto quanto superado o abismo que separa o âmbito interior do exterior. Seu modo de operar permitiu que os modos de subjetivação escapassem do espaço profundo e reservado onde se localizava o domínio do privado para se mostrarem como subjetividades objetivadas em situações de partilhamento em rede. Ocorre que esse regime de subjetivação procede por agenciamentos, seja entre os conteúdos já internalizados, seja nas suas relações com a alteridade. Nas relações com a alteridade, ele colocou entre parênteses a heterogeneidade interior/exterior, abolindo o privilégio de um interior previamente consolidado em uma identidade estável. Ele atua, nessas condições, segundo o modelo de uma invaginação, de uma dobra do exterior sobre o interior, tal como se dá com o aparelho digestivo e o tubo que o atravessa de um extremo a outro. Não é possível, por conseguinte, encontrar seu centro, um qualquer centro — eu, self, ego, consciência, inconsciente — que fosse capaz agregar seus conteúdos em torno de uma fonte de sentido, asfixiando a multiplicidade de que é constituído. A ausência de centro implica, assim, a impossibilidade de totalização e o apagamento de fronteiras rigorosamente demarcadas.

A partir daí, a indagação a perseguir é a que pretende saber o que move uma subjetividade a se objetivar nos sites de rede social, isto é, o que faz com que ela se objetive em graus variados, exigindo pouco mais que a divulgação do que lhe é tão caro para uma coletividade que bem pode não ter rosto. Ora, pensa-se sempre o indivíduo como possuidor de uma interioridade, um mundo interior, tal como concebido ao longo da modernidade, constituído por um eu e os seus satélites, isto é, o self, a consciência e os produtos de seu inconsciente, tudo aquilo que compõe sua existência como sujeito e que garante sua permanência do mesmo modo que sua unicidade, sua identidade. Essa interioridade é o que lhe é próprio. O mundo exterior, a exterioridade, é o não-próprio, o que se apresenta como um excedente externo em relação à interioridade.¹³ Nesse raciocínio, a suposição é de que o eu é o núcleo de uma totalidade que, por estar completa, torna o que não é próprio apenas um complemento, uma simples adição exterior a uma espécie de unidade plena. O que esse regime de subjetivação mostra é que a apropriação de si mesmo, isto é, a apropriação de uma identidade, não se faz sem uma expropriação da alteridade e que, por conseguinte, a alteridade é esse suplemento que aponta para uma falta na totalidade à qual ela se refere. O

¹² A fórmula foi tomada de empréstimo a ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs. Psicologia poder e subjetividade*. Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

¹³ Uma primeira abordagem dessas questões foram testadas em SANTOS, Francisco C. “Boca a boca *high-tech*: os blogs e as relações público/privado”, in: JESUS, Eduardo de & SALOMÃO, Mozahir (orgs.) *Interações plurais. A comunicação e o contemporâneo*. São Paulo, Annablume, 2008, disponível em versão ampliada em <http://www.scribd.com/doc/34348777/Boca-a-boca-hi-tech>. Acesso em 17/08/2014.

próprio se encontra, portanto, desde logo contaminado pelo não próprio, afetado por ele. De resto, o próprio não é ele mesmo senão por ser afetado pelo não próprio. É justamente essa convocação da alteridade que concede ao suplemento sua razão de ser, é ela que faz dele o outro (ou o não próprio) que habita o mesmo (o próprio), a alteridade que habita a identidade e sem a qual não se pode falar de identidade, nem de subjetividade.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BRUNO, Fernanda. “Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e comunicação”, *Revista FAMECOS*, nº 24, jul. 2004, pp. 110-124.

BRUNO, Fernanda & PEDRO, Rosa. “Entre aparecer e ser: tecnologia, espetáculo e subjetividade contemporânea”, *Intertexto*, vol. 2, nº 11, jul./dez. 2004, pp. 1-16

CASTELLS, M., FERNANDEZ-ARDEVOL, M., QIU, J. L., SEY, A. *Comunicação móvel e sociedade. Uma perspectiva global*. Lisboa: Ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

CRUZ, Nina V. & ARAUJO, Camila L. “Imagens de um sujeito em devir: autorretrato em rede”. *Revista Galáxia*, São Paulo, nº23, jun. 2012, pp. 111-124.

DELEUZE, Gilles. *Le pli: Leibniz et le baroque*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.

DERRIDA, Jacques. *La dissémination*. Paris, Ed, du Seuil, 1972.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA DOS SANTOS, Jair. *Breve, o pós-humano*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2003.

HARAWAY, Donna. “A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century”. In: *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

LASH, Scott. “Technological forms of life”. *Theory, Culture and Society*. Vol. 18 (1), 2001.

LATOUR, Bruno. *A esperança de pandora*. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA, Bauru: EDUSC, 2012.

RHEINGOLD, Howard. *Foules Intelligentes. La revolution qui commence*. Paris: M2 Editions, 2005.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs. Psicologia poder e subjetividade*. Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

SANTOS, Francisco C. & CYPRIANO, Cristina P. “Blogs e wikis: duas formas de colaboração em redes sociais”, *Ciência em movimento*. Ano XIII, n° 26, 2011, pp 7-19.

SANTOS, Francisco C. & CYPRIANO, Cristina P. (2010). *Secreções digitais de subjetividade*. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/129568988/Secrecoes-Digitais>. Acesso em 05/03/2014.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SIBILIA, Paula. *O show do eu. A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, Georg. *Sociologie et Épistémologie*. Paris, PUF, 1981.

SIMMEL, Georg. “Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal”, in: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent*. Paris: PUF, 1987.

SIMMEL, Georg. “O indivíduo e a liberdade ”, in: SOUZA, Jessé & OËTZE, Berthold (orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília, Editora UnB, 1998.

SIMMEL, Georg. *Filosofia del dinero*. Granada: Comares, 2003.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1997, p. 153.